

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO



Projeto de Lei n.º 328 de 14 de Maio de 2003

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
1ª Votação	
Quorum	14 / unanimidade
Sessão	ORDIN. horas 19:30
Em	17/06/2003

“Dispõe sobre a Fiscalização no Poder Legislativo pelo Sistema de Controle Interno”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições especialmente com fundamento no art. 59 da Lei Complementar n.º 101 de 04/Maio/2000, apresenta o presente Projeto de Lei:

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPITULO I

Art. 1.º) Fica organizada a fiscalização do Poder Legislativo de Ouro Preto do Oeste, sob a forma de Sistema de Controle Interno nos termos do art. 59 da Lei Complementar n.º 101 de 04/Maio/2000.

CAPITULO II

DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art 2.º) O Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal, com atuação prévia, concomitante e posterior ao atos administrativos, visa a avaliação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade aplicação dos recursos e em especial tem as seguintes atribuições:

I – Avaliar no mínimo por exercício financeiro, o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e orçamentos do Poder Legislativo.

II – Viabilizar o atingimento dos programas e a efetividade da gestão do órgão, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária.

III – Comprovar a legitimidade dos atos de gestão.

IV – Apoiar o controle externo no exercício de sua função Institucional

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
2ª VOTAÇÃO	
Quorum	/
Sessão	Horas
Em	/ /

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO



Projeto de Lei n.º 328 de 14 de Maio de 2003

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
1ª Votação	
Quorum	14 / Unanidade
Sessão	Ordin. horas 19:30
Em	17/06/2003

“Dispõe sobre a Fiscalização no Poder Legislativo pelo Sistema de Controle Interno”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições especialmente com fundamento no art. 59 da Lei Complementar n.º 101 de 04/Maio/2000, apresenta o presente Projeto de Lei:

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

## CAPITULO I

Art. 1.º) Fica organizada a fiscalização do Poder Legislativo de Ouro Preto do Oeste, sob a forma de Sistema de Controle Interno nos termos do art. 59 da Lei Complementar n.º 101 de 04/Maio/2000.

## CAPITULO II

### DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art 2.º) O Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal, com atuação prévia, concomitante e posterior ao atos administrativos, visa a avaliação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade aplicação dos recursos e em especial tem as seguintes atribuições:

I – Avaliar no mínimo por exercício financeiro, o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e orçamentos do Poder Legislativo.

II – Viabilizar o atingimento dos programas e a efetividade da gestão do órgão, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária.

III – Comprovar a legitimidade dos atos de gestão.

IV – Apoiar o controle externo no exercício de sua função Institucional

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
2ª VOTAÇÃO	
Quorum	/
Sessão	Horas
Em	/ /

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO



Projeto de Lei n.º 328 de 14 de Maio de 2003

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
1ª Votação	
Quorum	14 / Unanimidade
Sessão	ORDIN. horas 19:30
Em	17 06 2003

“Dispõe sobre a Fiscalização no Poder Legislativo pelo Sistema de Controle Interno”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições especialmente com fundamento no art. 59 da Lei Complementar n.º 101 de 04/Maio/2000, apresenta o presente Projeto de Lei:

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPITULO I

Art. 1.º) Fica organizada a fiscalização do Poder Legislativo de Ouro Preto do Oeste, sob a forma de Sistema de Controle Interno nos termos do art. 59 da Lei Complementar n.º 101 de 04/Maio/2000.

CAPITULO II

DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art 2.º) O Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal, com atuação prévia, concomitante e posterior ao atos administrativos, visa a avaliação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade aplicação dos recursos e em especial tem as seguintes atribuições:

I – Avaliar no mínimo por exercício financeiro, o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e orçamentos do Poder Legislativo.

II – Viabilizar o atingimento dos programas e a efetividade da gestão do órgão, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária.

III – Comprovar a legitimidade dos atos de gestão.

IV – Apoiar o controle externo no exercício de sua função Institucional

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
2ª VOTAÇÃO	
Quorum	_____
Sessão	_____ Horas _____
Em	____/____/____

V – Supervisionar as medidas adotadas pelo Poder legislativo para o retorno da despesa total com pessoal no respectivo limite, caso necessário nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000.

VI – Realizar o controle sobre os gastos totais da Câmara, observando se está dentro dos limites legais previstos.

VII – Informar à Presidência sobre a necessidade de providências e em caso de não atendimento, informar ao Tribunal de Contas do Estado.

## DA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

### SEÇÃO I: DA UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



Art 3.º) Integram o Sistema de Controle Interno, todos os setores e sessões da Câmara Municipal.

Art 4.º) Fica criado na Estrutura Administrativa da Câmara de que trata a Lei Municipal n.º 882/02, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno que se constituirá em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os setores da Câmara.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ficam criados os seguintes cargos que integrará a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno:

CARGO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE
Coord. do Sist. de Cont. Interno	C.C.1	01
Aux. do Sist. de Cont. Interno	C.C.2	01

Art 5.º) A Coordenação das atividade do sistema de Controle Interno se sujeitam à Orientação Normativa do Controle Externo.

Art 6.º) O Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, embora seja considerado como Seccional da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Executivo, é independente.

Art 7.º) A Designação do cargo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara, dentre pessoas que dispõem de capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, devendo possuir nível superior em uma dessas áreas: Direito, Administração ou Contabilidade.

*Agua*

*1001 11/11/2002 22*



V – Supervisionar as medidas adotadas pelo Poder legislativo para o retorno da despesa total com pessoal no respectivo limite, caso necessário nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000.

VI – Realizar o controle sobre os gastos totais da Câmara, observando se está dentro dos limites legais previstos.

VII – Informar à Presidência sobre a necessidade de providências e em caso de não atendimento, informar ao Tribunal de Contas do Estado.

## DA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

### SEÇÃO I: DA UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art 3.º) Integram o Sistema de Controle Interno, todos os setores e sessões da Câmara Municipal.

Art 4.º) Fica criado na Estrutura Administrativa da Câmara de que trata a Lei Municipal n.º.882/02, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno que se constituirá em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os setores da Câmara.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ficam criados os seguintes cargos que integrará a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno:

CARGO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE
Coord. do Sist. de Cont. Interno	C.C.1	01
Aux. do Sist. de Cont. Interno	C.C.2	01

Art 5.º) A Coordenação das atividade do sistema de Controle Interno se sujeitam à Orientação Normativa do Controle Externo.

Art 6.º) O Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, embora seja considerado como Seccional da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Executivo, é independente.

Art 7.º) A Designação do cargo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara , dentre pessoas que dispõem de capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, devendo possuir nível superior em uma dessas áreas: Direito, Administração ou Contabilidade.



V – Supervisionar as medidas adotadas pelo Poder legislativo para o retorno da despesa total com pessoal no respectivo limite, caso necessário nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000.

VI – Realizar o controle sobre os gastos totais da Câmara, observando se está dentro dos limites legais previstos.

VII – Informar à Presidência sobre a necessidade de providências e em caso de não atendimento, informar ao Tribunal de Contas do Estado.

## DA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

### SEÇÃO I: DA UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



Art 3.º) Integram o Sistema de Controle Interno, todos os setores e sessões da Câmara Municipal.

Art 4.º) Fica criado na Estrutura Administrativa da Câmara de que trata a Lei Municipal n.º.882/02, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno que se constituirá em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os setores da Câmara.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ficam criados os seguintes cargos que integrará a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno:

CARGO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE
Coord. do Sist. de Cont. Interno	C.C.1	01
Aux. do Sist. de Cont. Interno	C.C.2	01

Art 5.º) A Coordenação das atividade do sistema de Controle Interno se sujeitam à Orientação Normativa do Controle Externo.

Art 6.º) O Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, embora seja considerado como Seccional da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Executivo, é independente.

Art 7.º) A Designação do cargo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara , dentre pessoas que dispõem de capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, devendo possuir nível superior em uma dessas áreas: Direito, Administração ou Contabilidade.

§ Único: A designação do cargo de Auxiliar do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara, dentre pessoas que disponham de Capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, devendo possuir nível médio.

Art. 8.º) Constituem-se em garantias do ocupante a função de Coordenador do Sistema de controle Interno e dos servidores que integram a unidade.

I – Independência Profissional para o desempenho das atividades na Câmara Municipal.

II – O acesso a documentos e bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções de Controle Interno.

§ 1.º) O Agente Público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno no desempenho de suas funções, ficará sujeito a sua responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2.º) Quanto à documentação ou informação prevista no Inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido pela mesa da Câmara.

§ 3.º) O servidor deverá guardar sigilo sobre dados, e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os exclusivamente para elaboração de pareceres e relatórios destinados a Autoridade Competente, sob pena de responsabilidade administrativa civil e penal.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DA COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 9.º) Compete à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, a organização dos servidores deste controle e a fiscalização do cumprimento das atribuições do Sistema previsto no art 2.º desta lei.

§ 1.º) Para cumprimento das atribuições previstas no caput, a Coordenadoria:

I – Determinará, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos Municipais repassados ao Poder Legislativo.



§ Único: A designação do cargo de Auxiliar do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara, dentre pessoas que disponham de Capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, devendo possuir nível médio.

Art. 8.º) Constituem-se em garantias do ocupante a função de Coordenador do Sistema de controle Interno e dos servidores que integram a unidade.

I – Independência Profissional para o desempenho das atividades na Câmara Municipal.

II – O acesso a documentos e bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções de Controle Interno.

§ 1.º) O Agente Público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno no desempenho de suas funções, ficará sujeito a sua responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2.º) Quanto à documentação ou informação prevista no Inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido pela mesa da Câmara.

§ 3.º) O servidor deverá guardar sigilo sobre dados, e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os exclusivamente para elaboração de pareceres e relatórios destinados a Autoridade Competente, sob pena de responsabilidade administrativa civil e penal.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DA COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 9.º) Compete à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, a organização dos servidores deste controle e a fiscalização do cumprimento das atribuições do Sistema previsto no art 2.º desta lei.

§ 1.º) Para cumprimento das atribuições previstas no caput, a Coordenadoria:

I – Determinará, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos Municipais repassados ao Poder Legislativo.



§ Único: A designação do cargo de Auxiliar do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara, dentre pessoas que disponham de Capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, devendo possuir nível médio.

Art. 8.º) Constituem-se em garantias do ocupante a função de Coordenador do Sistema de controle Interno e dos servidores que integram a unidade.

I – Independência Profissional para o desempenho das atividades na Câmara Municipal.

II – O acesso a documentos e bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções de Controle Interno.

§ 1.º) O Agente Público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno no desempenho de suas funções, ficará sujeito a sua responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2.º) Quanto à documentação ou informação prevista no Inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido pela mesa da Câmara.

§ 3.º) O servidor deverá guardar sigilo sobre dados, e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os exclusivamente para elaboração de pareceres e relatórios destinados a Autoridade Competente, sob pena de responsabilidade administrativa civil e penal.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DA COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 9.º) Compete à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, a organização dos servidores deste controle e a fiscalização do cumprimento das atribuições do Sistema previsto no art 2.º desta lei.

§ 1.º) Para cumprimento das atribuições previstas no caput, a Coordenadoria:

I – Determinará, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos Municipais repassados ao Poder Legislativo.



II – Regulamentará as atividades de controle, através de instruções normativas, inclusive quanto às denúncias encaminhadas pelos cidadãos, partidos políticos, organizações ou sindicatos sobre irregularidades ou ilegalidades no Poder Legislativo.

III – Emitirá relatório sobre as contas prestadas.

IV – Opinará em prestações ou tomada de contas, exigidas por força de legislação.

V – O Relatório de Gestão Fiscal e Relatório da Execução Orçamentária, ambas previstas respectivamente nos artigos 52 e 54 da Lei Comp. N.º 101/2000 serão assinadas pelo contabilista, Assessor Financeiro e coordenador do Sistema de Controle Interno.

### SEÇÃO III

#### DOS DEVERES DA COORDENADORIA PERANTE IRREGULARIDADES NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art 10.º) A Coordenadoria Cientificará o Presidente do Poder Legislativo mensalmente sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo conter no mínimo:

I – As informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da Câmara.

II – Apurara atos ou fatos ilegais, ou irregularidades praticadas por servidores ou agentes políticos na utilização dos recursos públicos Municipais repassados a esta Casa Legislativa.

III - Avaliar o desempenho dos setores administrativos desta Casa Legislativa.

§ 1.º) Constatada Irregularidade ou ilegalidade pela Coordenadoria do Sistema de Controle, esta cientificará ao Presidente da Câmara, para tomada de providência, devendo sempre proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2.º) Não havendo a regularização relativa à irregularidade ou ilegalidade, ou não sendo os esclarecimentos apresentados suficientes, para elucidá-los, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Presidente da Câmara.





II – Regulamentará as atividades de controle, através de instruções normativas, inclusive quanto às denúncias encaminhadas pelos cidadãos, partidos políticos, organizações ou sindicatos sobre irregularidades ou ilegalidades no Poder Legislativo.

III – Emitirá relatório sobre as contas prestadas.

IV – Opinará em prestações ou tomada de contas, exigidas por força de legislação.

V – O Relatório de Gestão Fiscal e Relatório da Execução Orçamentária, ambas previstas respectivamente nos artigos 52 e 54 da Lei Comp. N.º 101/2000 serão assinadas pelo contabilista, Assessor Financeiro e coordenador do Sistema de Controle Interno.

### SEÇÃO III

#### DOS DEVERES DA COORDENADORIA PERANTE IRREGULARIDADES NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art 10.º) A Coordenadoria Cientificará o Presidente do Poder Legislativo mensalmente sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo conter no mínimo:

I – As informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da Câmara.

II – Apurara atos ou fatos ilegais, ou irregularidades praticadas por servidores ou agentes políticos na utilização dos recursos públicos Municipais repassados a esta Casa Legislativa.

III - Avaliar o desempenho dos setores administrativos desta Casa Legislativa.

§ 1.º) Constatada Irregularidade ou ilegalidade pela Coordenadoria do Sistema de Controle, esta cientificará ao Presidente da Câmara, para tomada de providência, devendo sempre proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2.º) Não havendo a regularização relativa à irregularidade ou ilegalidade, ou não sendo os esclarecimentos apresentados suficientes, para elucidá-los, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Presidente da Câmara.



II – Regulamentará as atividades de controle, através de instruções normativas, inclusive quanto às denúncias encaminhadas pelos cidadãos, partidos políticos, organizações ou sindicatos sobre irregularidades ou ilegalidades no Poder Legislativo.

III – Emitirá relatório sobre as contas prestadas.

IV – Opinará em prestações ou tomada de contas, exigidas por força de legislação.

V – O Relatório de Gestão Fiscal e Relatório da Execução Orçamentária, ambas previstas respectivamente nos artigos 52 e 54 da Lei Comp. N.º 101/2000 serão assinadas pelo contabilista, Assessor Financeiro e coordenador do Sistema de Controle Interno.

### SEÇÃO III

#### DOS DEVERES DA COORDENADORIA PERANTE IRREGULARIDADES NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



Art 10.º) A Coordenadoria Cientificará o Presidente do Poder Legislativo mensalmente sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo conter no mínimo:

I – As informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da Câmara.

II – Apurara atos ou fatos ilegais, ou irregularidades praticadas por servidores ou agentes políticos na utilização dos recursos públicos Municipais repassados a esta Casa Legislativa.

III - Avaliar o desempenho dos setores administrativos desta Casa Legislativa.

§ 1.º) Constatada Irregularidade ou ilegalidade pela Coordenadoria do Sistema de Controle, esta cientificará ao Presidente da Câmara, para tomada de providência, devendo sempre proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.



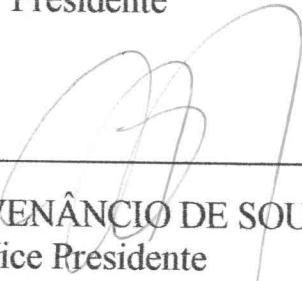

§ 2.º) Não havendo a regularização relativa à irregularidade ou ilegalidade, ou não sendo os esclarecimentos apresentados suficientes, para elucidá-los, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Presidente da Câmara.

§ 3.º) Em caso de não tomada de providência pelo Presidente da Câmara para a regularização da situação apontada, o Coordenador comunicará o fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 11.º) A Tomada de Contas dos responsáveis por bens e direitos da Câmara Municipal e a Prestação de Contas da Presidência será organizada pela coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

§ Único – Constará da Tomada de Prestação de Contas de que trata este artigo, relatório resumido da Coordenadoria do Sistema de Controle sobre as Contas tomadas ou prestadas.

Art 12.º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
\_\_\_\_\_  
JANIO LOPES SOUZA - ZOCA  
Presidente  
\_\_\_\_\_  
JOÃO ANTONIO LOPES MANCINI  
1.º Secretário  
\_\_\_\_\_  
EUEDES VENÂNCIO DE SOUZA  
Vice Presidente  
\_\_\_\_\_  
JOSELITA ARAÚJO DA SILVA  
2.º Secretário (a)

§ 3.º) Em caso de não tomada de providência pelo Presidente da Câmara para a regularização da situação apontada, o Coordenador comunicará o fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 11.º) A Tomada de Contas dos responsáveis por bens e direitos da Câmara Municipal e a Prestação de Contas da Presidência será organizada pela coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

§ Único – Constará da Tomada de Prestação de Contas de que trata este artigo, relatório resumido da Coordenadoria do Sistema de Controle sobre as Contas tomadas ou prestadas.

Art 12.º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
\_\_\_\_\_  
JANIO LOPES SOUZA - ZOCA  
Presidente  
\_\_\_\_\_  
JOÃO ANTONIO LOPES MANCINI  
1.º Secretário  
\_\_\_\_\_  
EUEDES VENÂNCIO DE SOUZA  
Vice Presidente  
\_\_\_\_\_  
JOSELITA ARAUJO DA SILVA  
2.º Secretário (a)

§ 3.º) Em caso de não tomada de providência pelo Presidente da Câmara para a regularização da situação apontada, o Coordenador comunicará o fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.


Art. 11.º) A Tomada de Contas dos responsáveis por bens e direitos da Câmara Municipal e a Prestação de Contas da Presidência será organizada pela coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

§ Único – Constará da Tomada de Prestação de Contas de que trata este artigo, relatório resumido da Coordenadoria do Sistema de Controle sobre as Contas tomadas ou prestadas.

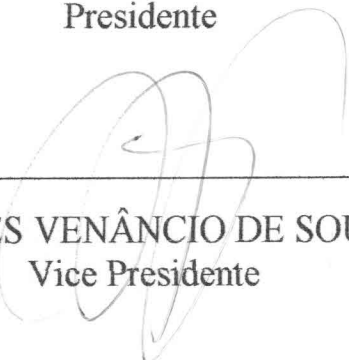
Art 12.º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JANIO LOPES SOUZA - ZOCA  
Presidente



JOÃO ANTONIO LOPES MANCINI  
1.º Secretário



EUDES VENÂNCIO DE SOUZA  
Vice Presidente



JOSELITA ARAÚJO DA SILVA  
2.º Secretário (a)






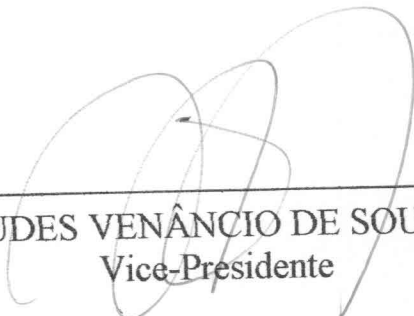
## JUSTIFICATIVA


A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO, apresenta ao plenário o projeto de lei n.º 328/03 dce 14 de Maio de 2003 que “Dispões sobre a Fiscalização ao Poder Legislativo pelo Sistema de Controle Interno.


É uma obrigatoriedade legal instituída pelo Art. 59 da Lei complementar n.º 101 de 04 Maio de 2000, assim apresentamos o presente projeto, solicitando dos Nobres Pares o voto favorável.

Ouro Preto do Oeste, 14 Maio de 2003.

  
\_\_\_\_\_  
JANIO LOPES SOUZA – ZOCA  
Presidente CMOPO

  
\_\_\_\_\_  
EUDES VENÂNCIO DE SOUZA  
Vice-Presidente

  
\_\_\_\_\_  
JOÃO ANTONIO LOPES MANCINI  
1.º Secretário

  
\_\_\_\_\_  
JOSELITA ARAÚJO DA SILVA  
2.º Secretário






## JUSTIFICATIVA

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO, apresenta ao plenário o projeto de lei n.º 328/03 dce 14 de Maio de 2003 que “Dispões sobre a Fiscalização ao Poder Legislativo pelo Sistema de Controle Interno.

É uma obrigatoriedade legal instituída pelo Art. 59 da Lei complementar n.º 101 de 04 Maio de 2000, assim apresentamos o presente projeto, solicitando dos Nobres Pares o voto favorável.

Ouro Preto do Oeste, 14 Maio de 2003.




---

JANIO LOPES SOUZA – ZOCA  
Presidente CMOPO




---

EUDES VENÂNCIO DE SOUZA  
Vice-Presidente



---

JOÃO ANTONIO LOPES MANCINI  
1.º Secretário



---

JOSELITA ARAÚJO DA SILVA  
2.º Secretário



## JUSTIFICATIVA

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO, apresenta ao plenário o projeto de lei n.º 328/03 dce 14 de Maio de 2003 que “Dispões sobre a Fiscalização ao Poder Legislativo pelo Sistema de Controle Interno.

É uma obrigatoriedade legal instituída pelo Art. 59 da Lei complementar n.º 101 de 04 Maio de 2000, assim apresentamos o presente projeto, solicitando dos Nobres Pares o voto favorável.

Ouro Preto do Oeste, 14 Maio de 2003.




---

JANIO LOPES SOUZA – ZOCA  
Presidente CMOPO



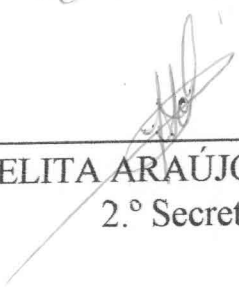
---

EUDES VENÂNCIO DE SOUZA  
Vice-Presidente



---

JOÃO ANTONIO LOPES MANCINI  
1.º Secretário



---


JOSELITA ARAÚJO DA SILVA  
2.º Secretário



Ao Gabinete Presidente;

Segue o presente processo autuado nesta Seção através do(s) documento(s) em anexo para providências cabíveis.

Em, 14 / 05 / 2003

  
Maria Teixeira de Oliveira Coelho  
Seção de Protocolo e Publicação  
Port. 085/GP/CMOPO/99

A Secretaria Legislativa,

*Segue o presente processo para providências*


*Em ; 14/05/03*

  
*Wata*  
Wata Camilo Lopes  
Assessor Gabinete da Presidência  
Port. 010/GP/CMOPO/99

À Plenário,

Segue Processo com Projeto de Lei nº 328/03  
para conhecimento.

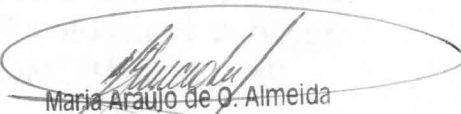
Em:  $\frac{15}{05}$   
03

  
Maria Araújo de O. Almeida  
Secretária Legislativa  
Port. 004/GP / CMOPO/RO/03

À  
Assessoria Jurídica

Segue Processo com Projeto de Lei nº 328/03  
para análise Técnica e Parecer Jurídico.

Em:  $\frac{20}{05}$   
03

  
Maria Araújo de O. Almeida  
Secretária Legislativa  
Port. 004/GP / CMOPO/RO/03

A Sessão Legislativa  
Enviar projetos de leis às  
Comissões de: Justiça e Redação  
e Orçamento e Finanças  
para parecer  
Em, 20. Março - 2003. -

  
José Martins dos Anjos  
Assessor Jurídico  
Port. 091/GP/CMOPO/RO/99



***Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO.***  
***Assessoria Jurídica***

Projeto de Lei Nº 328 de 15/05/2003.

**“Dispõe sobre a Fiscalização no Poder  
Legislativo pelo Sistema de Controle  
Interno”**

**Parecer Técnico - Jurídico Nº 053/2003.**

O Projeto de Lei ora em análise é constitucional a luz do Art. 51 da Constituição Estadual e Art. 74 da Constituição Federal, sendo também uma exigência legal nos termos do Art. 59 da Lei Complementar Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) .

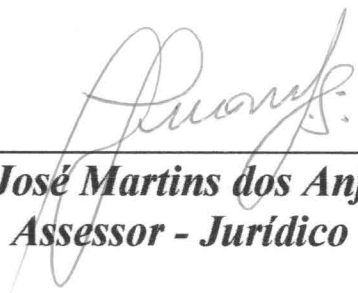
Assim sendo, deve o Projeto ser encaminhado às Comissões de Justiça e Redação e Orçamento e Finanças para parecer.

Trata-se de Matéria que para sua aprovação depende da maioria simples nos termos do Art. 53 parágrafo 1º item V da Lei Orgânica Municipal.



É nosso parecer

Sala da Assessoria, 20 de maio de 2003.

---

**José Martins dos Anjos**  
**Assessor - Jurídico**



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
DIVISÃO LEGISLATIVA  
Comissão Permanente de Justiça e Re-  
dacao  
Para Parecer dentro do prazo de 15 dias.  
Em 20 de 05 de 2003  
[Assinatura]  
Diretor(a) Legislativo(a)



Maria Araújo de O. Almeida  
Secretária Legislativa  
Port. 004/GP / CMOPO/RO/03

A Secretária Legislativa, segue o processo com a  
Emenda modificativa nº 001/03 e Parecer da Comissão  
Permanente de Justiça e Redação nº 021/03.

Em 28 de Maio de 2003.

[Assinatura]  
Almir Barbosa  
Vereador PT

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
DIVISÃO LEGISLATIVA  
Comissão Permanente de Desenvolvimento  
e Fimancas  
Para Parecer dentro do prazo de 15 dias.  
Em 28 de maio de 2003  
[Assinatura]  
Diretor(a) Legislativo(a)

Maria Araújo de O. Almeida  
Secretária Legislativa  
Port. 004/GP / CMOPO/RO/03

A Secretária Legislativa,  
Segue processo com Parecer nº 012/03 para prose-  
guimento. Em: 09  
06  
03

[Assinatura]  
Iloê Nogueira do Nascimento  
Vereador PT

ao Plenário,

Segue Processo com Emenda modificativo nº 001/03 e Parecer nº 021/03 e 012/03 para votação única e 1ª votação do Projeto de Lei nº 328/03

Em:  $\frac{12}{06}$   
03

  
Maria Araújo de O. Almeida  
Secretária Legislativa  
Port. 004/GP / CMOPO/RO/03

ao Plenário,

Segue Processo com Redação Final do Projeto de Lei nº 328/03 para 2ª votação.

Em:  $\frac{20}{06}$   
03

  
Maria Araújo de O. Almeida  
Secretária Legislativa  
Port. 004/GP / CMOPO/RO/03

ao Protocolo,

Segue Processo com Projeto de Lei nº 328/03, concluído com Lei nº 954/03, para arquivo.

Em:  $\frac{08}{07}$   
03

  
Maria Araújo de O. Almeida  
Secretária Legislativa  
Port. 004/GP / CMOPO/RO/03



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



**EMENDA MODIFICATIVA Nº001/03**

**EM, 28 DE MAIO DE 2003**

**PROJETO DE LEI Nº 328/03**

**DE, 14 DE MAIO DE 2003.**

**“DISPÕE SOBRE A  
FISCALIZAÇÃO NO PODER  
LEGISLATIVO PELO SISTEMA DE  
CONTROLE INTERNO”.**

*Fica assim redigido o Art. 7º do Projeto de Lei nº 328 de 14 de Maio de 2003, passando a vigorar com a seguinte redação:*

*Art 7º - A Designação do cargo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara, dentre pessoas que dispõem de capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, podendo possuir nível superior com conhecimento específico e experiência na área ou nível médio.*

  
**ALMIR BARBOSA**  
**Vereador/PT**

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
Votação Unica	
Quorum	13 VOTOS / UNAN.
Sessão	ORDINARIA
Horas	19:30
Em	17 de 06 de 2003



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO



**COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PROJETO DE LEI Nº 328/03

EM, 14 DE MAIO DE 2003.

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE A  
FISCALIZAÇÃO NO PODER  
LEGISLATIVO PELO SISTEMA DE  
CONTROLE INTERNO".

**PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 021/03**

A Comissão Permanente de Justiça e Redação na pessoa dos Vereadores Almir Barbosa, Flávio Farias de Almeida e Milton Custódio Bragança, sendo respectivamente Presidente, Relator e Membro da referida Comissão, em sua análise concluíram que o mesmo é Constitucional.

Assim sendo, somos favoráveis ao referido Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões, 28 de Maio de 2003.

  
**Almir Barbosa**  
Presidente

  
**Flávio Farias de Almeida**  
Relator

  
**Milton Custódio Bragança**  
Membro

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
Votação Unica	
Quorum	13 votos
Sessão	Ordinária
Horas	19:30
Em	17 de 06 de 2003



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

PROJETO DE LEI Nº 328/03

EM 14 DE MAIO DE 2003.

**ASSUNTO:** "DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO NO PODER LEGISLATIVO PELO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO".

**PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 012/2003.**

A Comissão Permanente de Orçamento e Finanças em análise ao Projeto de Lei acima citado, conclui que o mesmo é viável e de grande utilidade para o Município, pois vem atender uma exigência legal nos termos do Art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim sendo a Comissão decidi por ser favorável ao Projeto, estando o mesmo apto a sua aprovação pelo Plenário.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 09 de Junho de 2003.

  
**JOÃO N. DO NASCIMENTO**  
**PRESIDENTE**

  
**LUZIA DINORA VIEIRA**  
**RELATORA**

  
**JOSELITA ARAUJO DA SILVA**  
**MEMBRO**

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
Votação Unica	
Quorum	13 VOTOS / unanimidade
Sessão	ORDINARIA
Horas	19:30
Em	17 de 06 de 2003

## CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE – RO

Projeto de Lei n.º 328

Em, 14 de Maio de 2003

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
1ª Votação	
Quorum	14, Unanimidade
Sessão	ORDIN - horas 19:30
Em	17.06.2003

“Dispõe sobre a Fiscalização no Poder Legislativo pelo Sistema de Controle Interno”.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
APROVADO	
2ª VOTAÇÃO	
Quorum	14, Unanimidade
Sessão	ORDIN - Horas 19:30
Em	23.06.2003

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições especialmente com fundamento no art. 59 da Lei Complementar n.º 101 de 04/Maio/2000, apresenta o presente Projeto de Lei:

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:


## CAPITULO I

Art. 1.º) Fica organizada a fiscalização do Poder Legislativo de Ouro Preto do Oeste, sob a forma de Sistema de Controle Interno nos termos do art. 59 da Lei Complementar n.º 101 de 04/Maio/2000.

## CAPITULO II

## DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art 2.º) O Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visa a avaliação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade aplicação dos recursos e em especial tem as seguintes atribuições:





- I – Avaliar no mínimo por exercício financeiro, o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e orçamentos do Poder Legislativo.
- II – Viabilizar o atingimento dos programas e a efetividade da gestão do órgão, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária.
- III – Comprovar a legitimidade dos atos de gestão.
- IV – Apoiar o controle externo no exercício de sua função Institucional
- V – Supervisionar as medidas adotadas pelo Poder legislativo para o retorno da despesa total com pessoal no respectivo limite, caso necessário nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000.
- VI – Realizar o controle sobre os gastos totais da Câmara, observando se está dentro dos limites legais previstos.
- VII – Informar à Presidência sobre a necessidade de providências e em caso de não atendimento, informar ao Tribunal de Contas do Estado.

## DA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

### SEÇÃO I: DA UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

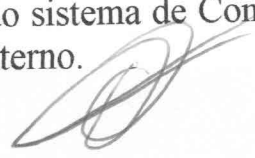
Art 3.º) Integram o Sistema de Controle Interno, todos os setores e sessões da Câmara Municipal.

Art 4.º) Fica criado na Estrutura Administrativa da Câmara de que trata a Lei Municipal n.º 882/02, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno que se constituirá em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os setores da Câmara.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ficam criados os seguintes cargos que integrará a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno:

CARGO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE
Coord. do Sist. de Cont. Interno	C.C.1	01
Aux. do Sist. de Cont. Interno	C.C.2	01

Art 5.º) A Coordenação das atividade do sistema de Controle Interno se sujeitam à Orientação Normativa do Controle Externo.



Art 6.º) O Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, embora seja considerado como Seccional da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Executivo, é independente.

Art 7.º) A Designação do cargo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara, dentre pessoas que dispõem de capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, podendo possuir nível superior com conhecimento específico e experiência na área ou nível médio.

§ Único: A designação do cargo de Auxiliar do Sistema de Controle Interno, caberá ao Presidente da Câmara, dentre pessoas que disponham de Capacitação Técnica e Profissional para o exercício do cargo, devendo possuir nível médio.

Art. 8.º) Constituem-se em garantias do ocupante a função de Coordenador do Sistema de controle Interno e dos servidores que integram a unidade.

I – Independência Profissional para o desempenho das atividades na Câmara Municipal.

II – O acesso a documentos e bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções de Controle Interno.

§ 1.º) O Agente Público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno no desempenho de suas funções, ficará sujeito a sua responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2.º) Quanto à documentação ou informação prevista no Inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido pela mesa da Câmara.

§ 3.º) O servidor deverá guardar sigilo sobre dados, e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os exclusivamente para elaboração de pareceres e relatórios destinados a Autoridade Competente, sob pena de responsabilidade administrativa civil e penal.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DA COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



Art. 9.º) Compete à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, a organização dos servidores deste controle e a fiscalização do cumprimento das atribuições do Sistema previsto no art 2.º desta lei.

§ Único - Para cumprimento das atribuições previstas no caput, a Coordenadoria:

I – Determinará, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos Municipais repassados ao Poder Legislativo.

II – Regulamentará as atividades de controle, através de instruções normativas, inclusive quanto às denúncias encaminhadas pelos cidadãos, partidos políticos, organizações ou sindicatos sobre irregularidades ou ilegalidades no Poder Legislativo.

III – Emitirá relatório sobre as contas prestadas.

IV – Opinará em prestações ou tomada de contas, exigidas por força de legislação.

V – O Relatório de Gestão Fiscal e Relatório da Execução Orçamentária, ambas previstas respectivamente nos artigos 52 e 54 da Lei Comp. N.º 101/2000 serão assinadas pelo contabilista, Assessor Financeiro e coordenador do Sistema de Controle Interno.

### SEÇÃO III

#### DOS DEVERES DA COORDENADORIA PERANTE IRREGULARIDADES NO SISTEMA DECONTROLE INTERNO

Art 10.º) A Coordenadoria Cientificará o Presidente do Poder Legislativo mensalmente sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo conter no mínimo:

I – As informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da Câmara.

II – Apurara atos ou fatos ilegais, ou irregularidades praticadas por servidores ou agentes políticos na utilização dos recursos públicos Municipais repassados a esta Casa Legislativa.

III - Avaliar o desempenho dos setores administrativos desta Casa Legislativa.



§ 1.º) Constatada Irregularidade ou ilegalidade pela Coordenadoria do Sistema de Controle, esta cientificará ao Presidente da Câmara, para tomada de providência, devendo sempre proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2.º) Não havendo a regularização relativa à irregularidade ou ilegalidade, ou não sendo os esclarecimentos apresentados suficientes, para elucidá-los, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Presidente da Câmara.

§ 3.º) Em caso de não tomada de providência pelo Presidente da Câmara para a regularização da situação apontada, o Coordenador comunicará o fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 11.º) A Tomada de Contas dos responsáveis por bens e direitos da Câmara Municipal e a Prestação de Contas da Presidência será organizada pela coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

§ Único – Constará da Tomada de Prestação de Contas de que trata este artigo, relatório resumido da Coordenadoria do Sistema de Controle sobre as Contas tomadas ou prestadas.

Art 12.º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



---

JANIO LOPES SOUZA - ZOCA  
Presidente



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**  
*Gabinete da Presidência*



Ofício n.º 315 GB/CMOPO/RO/03


Em 24 de Junho de 2003.

Senhor Prefeito,

Vimos pelo presente encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei n.º 328/03 que “Dispõe sobre a Fiscalização no Poder Legislativo pelo Sistema de Controle Interno”, aprovado em 2.ª votação na sessão ordinária realizada em 23/06/2003.

Sem mais para o momento, renovamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

  
**JÂNIO LOPES SOUZA – ZOCA**  
Pres.CMOPO/RO  
Vereador – PFL

Exmo Sr.  
**CARLOS MAGNO RAMOS**  
MD. Prefeito Municipal  
Nesta.

**GABINETE DO PREFEITO**  
Recebi a 1ª Via  
Em 24/06/2003  
*Carmanuelle*